



Audiovisual brasileiro no século XXI: quais as bases da sua dependência?

Brazilian audiovisual in the 21st century: what are the bases of its dependence?

Julia LEVY

Programa de Pós-graduação em Economia

Universidade Federal Fluminense

julevy@gmail.com

Abstract. *The article presents part of the results of our master's research in which we analyzed the impasses of regulation of the video on demand segment in Brazil. Through a historical panorama, we travel through the 20th century and reach the first decades of the 21st century, realizing how much this mode of accumulation disorganizes old issues of Brazilian audiovisual, forcing it to rethink its survival strategies between a neoliberal state and digital capitalism. It was also necessary to look at authors who analyzed structural problems in Brazil, mainly Celso Furtado and Florestan Fernandes, in order to understand that underdevelopment, cultural dependence, social inequalities are inherent to the formation of the country and determinants of its form of insertion in the international market, including with regard to the audiovisual sector.*

Keywords: *Brazilian Audiovisual. Digital Capitalism. Neoliberal State. Celso Furtado. Florestan Fernandes.*

Resumo. O artigo apresenta parte dos resultados da nossa pesquisa de mestrado na qual analisamos os impasses da regulação do segmento de vídeo sob demanda no Brasil. Por meio de um panorama histórico, transitamos pelo século XX e chegamos às primeiras décadas do século XXI, percebendo o quanto este modo de acumulação desorganiza antigas questões do audiovisual brasileiro, obrigando-o a repensar suas estratégias de sobrevivência entre um Estado neoliberal e o capitalismo digital. Também foi necessário nos debruçarmos em autores que analisaram problemas estruturais do Brasil, principalmente, Celso Furtado e Florestan Fernandes, para compreendermos que subdesenvolvimento, dependência cultural, desigualdades sociais são inerentes à formação do país e determinantes da sua forma de inserção no mercado internacional, inclusive no que diz respeito ao setor audiovisual.

Palavras-chave: Audiovisual Brasileiro. Capitalismo Digital. Estado Neoliberal. Celso Furtado. Florestan Fernandes.



1. Introdução

A história do audiovisual brasileiro pode ser contada enquanto movimento de resistência para existir em seu próprio país como expressão artística e independente e não apenas como um território lucrativo para obras e empresas estrangeiras.

O ano de 2021 deveria ter marcado uma importante efeméride para a área com a celebração dos vinte anos da criação da Agência Nacional de Cinema (Ancine), mas em meio a uma situação de calamidade sanitária e crise socioeconômica agravadas pela pandemia, o que se viu foi uma paralisia do órgão (até que os ventos eleitorais começassem a soprar próximos à 2022) somado à perdas culturais incomensuráveis de mais um incêndio criminoso que devastou a Cinemateca Brasileira em agosto de 2021.

Além da descontinuidade das políticas públicas nos últimos anos, a onda de fusões e aquisições no setor segue acelerada (LUCA, 2009; BIANCHINI, 2021a), e apresenta novas dificuldades para os países, principalmente para os que não ditam as normas tecnológicas nem são a sede da maioria dos centros de decisões da área audiovisual, como é o caso do Brasil dentro do sistema internacional da indústria audiovisual.

Esse artigo apresenta de forma resumida alguns resultados que conseguimos alcançar na nossa pesquisa de mestrado. Se por um lado foi preciso entender o movimento do sistema capitalista e seu atual estágio, por outro, foi necessário revisitar autores que estudaram com profundidade os problemas brasileiros. Nesse sentido, Celso Furtado e Florestan Fernandes foram nossas principais referências, somados a pesquisadores que esmiuçaram suas análises. Com eles conseguimos, minimamente, articular a problemática da área audiovisual com impasses brasileiros maiores.

2. Transformações no sistema e as barreiras mercadológicas

Podemos dizer que o que vivemos no presente é a consolidação de uma miríade de transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas, que tem impactado o mundo real, alterando sobremaneira hábitos socioculturais; formas de comunicação; o mundo do trabalho; as criações artísticas (FURTADO, 1978; LUCA, 2009; ANTUNES, 2020), além de construir todo um novo mundo digital que retroage e reconfigura esses diversos âmbitos da sociedade.

Parte dessas transformações se deu dentro das empresas privadas e sua expansão transnacional não é novidade como narrou Butcher (2019) sobre a expansão das empresas cinematográficas estadunidenses e sua chegada ao Brasil durante os anos da primeira guerra mundial. Na verdade, como nos aponta Furtado em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978) e também no filme *Choque cultural* (1977), a fundação do Brasil se dá justamente com esse processo de “expansão da empresa agrícola”, ou seja, com esse processo de

internacionalização nos primórdios capitalistas pelos novos mundos. Mas, nas três décadas que antecedem o século XXI, essa expansão transnacional apresentou novas características:

Se deixarmos de lado a visão economicista do capitalismo industrial como simples forma de organização da produção e o observarmos como sistema de organização social, captamos sem dificuldade o real significado da considerável concentração de poder que hoje o caracteriza. É desse ângulo que se torna plenamente visível a vertiginosa evolução nele ocorrida em menos de um século. [...] As relações econômicas internacionais evoluíram no sentido de uma crescente complexidade ao mesmo tempo que o poder coordenador dessas relações se deslocava em boa parte dos Estados nacionais para as grandes empresas. (FURTADO, 1978, pp. 15, 16, 20).

O esgotamento do ciclo de acumulação capitalista do pós-guerra, baseado em grande parte nas transformações tecnológicas da segunda revolução industrial, com seus complexos metalmeccânico e químico, com uma estrutura organizacional empresarial fordista e tendo, nos países centrais, seu modelo político na forma do Estado do bem-estar social, são fortemente tencionados em fins da década de 1960, início da de 1970 e vão requerer novas frentes de acumulação, dentre elas para as áreas informacionais e de telecomunicações que é o que interessa à nossa pesquisa.

Data desse período, além das tensões entre os blocos da Guerra Fria, outras tensões entre as potências centrais, principalmente do lado de Alemanha e Japão que já reconstruídos, apresentavam novas formas organizacionais pós-fordistas e ofereciam soluções para as crises de queda de produtividade industrial, tensionando a hegemonia dos EUA. Entretanto “a ampla disponibilidade de crédito internacional [...] permitiu aos Estados Unidos impor ao resto do mundo o ônus de financiar seu crescimento econômico e estimulou o sobreendividamento externo dos países da periferia” (SAMPAIO JR., 1999, pp. 19, 20). Ou seja, embora abalado, o período também possibilitou aos EUA se valerem da taxa de juros enquanto instrumento de poder e ressignificar seu papel na economia mundial. Nesse contexto, Sampaio Jr. (*op. cit.*) acrescenta os impactos dessas reconfigurações internacionais para o Brasil:

No Brasil, a crise do processo de industrialização, cujos primeiros sintomas começaram a aparecer na primeira metade da década de setenta, tornou-se patente nos anos oitenta com o colapso do mercado internacional de crédito. [...]

O impacto das novas tendências do sistema capitalista mundial sobre o Brasil foi sobredeterminado pela submissão da política econômica às pressões dos credores internacionais para que o país reciclasse a dívida externa, bem como pelo apoio incondicional dado ao movimento do grande capital de fuga para a liquidez e de busca de mercados externos – (expedientes utilizados pelas empresas para mitigar as incertezas provocadas pela exaustão do padrão de acumulação).

[...] É dentro dessa conjuntura, que colocava o país na iminência de uma ruptura hiperinflacionária, que se dá a inflexão na política econômica do início dos anos noventa, quando o Brasil passou a sancionar sistematicamente as pressões liberalizantes da comunidade financeira internacional (*Idem*, pp. 24, 25, 27, 28, 31).

Para o setor do cinema e da cultura brasileira, a etapa neoliberalizante do governo de Fernando Collor de Mello nos custou muito caro pois acabou com as instituições culturais e seus instrumentos de ação sem construir nenhuma alternativa.

Segundo Luca (2009), “o Governo Collor [...] sob argumentos de modernizar e revitalizar a cultura no País, extinguiu grande parte dos órgãos setoriais [...] sem estabelecer substitutos ou procedimentos que os sucedessem” (p. 324). Naquele momento, a televisão aberta já estava estabelecida enquanto “veículo de comunicação nacional” (BAHIA, 2012, p. 56) e os segmentos de tv paga e *home video* operavam em alta lucratividade e sem regulamentação no Brasil, e ainda, o cinema passava a ser “um empreendimento de mercado” (*Ibidem*) e não mais um problema do Estado brasileiro, levando ao fim da Embrafilme.

A virada do século XX para o XXI evidencia uma guinada internacional da indústria (já) audiovisual. Um novo perfil de salas de cinema se consolidava como multiplex, preferencialmente, em shoppings centers (ALMEIDA; BUTCHER, 2003); a televisão paga se expandia em novos canais; o *home video* se ampliava e substituía a VHS pelo DVD, evidenciando o processo de digitalização da indústria, assim como a expansão da infraestrutura das telecomunicações que dariam as bases para a expansão da internet.

Mas se os lucros da “indústria” migravam para esses segmentos da TV e do *home video*, no Brasil não tínhamos nenhuma política estruturada para regular esses segmentos e o único instrumento continuava a ser as leis de incentivo que praticamente só fomentavam filmes de longa-metragem para as salas de cinema.

Segundo Bianchini (2021b), diferentemente do governo brasileiro, nos EUA a percepção era clara que nesse período o processo de acumulação possuía novas características e os referidos segmentos de mercado concentravam a lucratividade da indústria:

[...] O contexto econômico de globalização dos anos 1990 e a percepção dos setores de informação, entretenimento e comunicação como alguns dos mais lucrativos dos Estados Unidos contribuíram para o estabelecimento de uma legislação que iria ajudar tais empresas a expandir seus interesses mundialmente e com poucas restrições para a garantia de direitos proprietários em um conjunto de empreendimentos. Nesse cenário de desregulamentação, o modelo implementado pela Fox nos anos 1980, de integração entre um grande estúdio cinematográfico e uma rede televisiva nacional, foi seguido pelas outras três grandes redes: a ABC foi a primeira a se beneficiar, ao se associar com a The Walt Disney Studios, em 1996, seguida pelas incorporações entre a CBS e a Paramount Pictures (ambas adquiridas como subsidiárias do conglomerado Viacom), em 1999, e entre a NBC e a Universal Pictures, em 2004. [...] (pp. 9, 10).

No Brasil, mesmo que as leis de incentivo tenham permitido a retomada do cinema brasileiro, ao final da década de 1990 os representantes da classe se unem para reivindicar uma política que fosse mais abrangente de um projeto de industrialização e que seus mecanismos não se restringissem apenas à essas leis e colocassem na pauta a regulação da televisão brasileira, aberta e fechada (paga) já que sem regulação, essas empresas concentravam não apenas o poder de autorização e financiamento sobre o que produzir, mas ditavam a forma como o mercado operava (BIANCHINI, 2021a).

Sampaio Jr. (1999), analisando o sistema de forma mais ampla, marca uma diferenciação das últimas décadas do século XX e o novo ciclo que se abriria no século XXI:

Na era da mundialização do capital estamos assistindo a um fenômeno muito diferente: trata-se de quebrar as barreiras entre os diferentes espaços econômicos nacionais. Nesse contexto, o objetivo das empresas transnacionais não é controlar o processo de industrialização das economias periféricas, mas diluir as economias dependentes no espaço do mercado global, para poder explorar suas potencialidades econômicas sem que isso implique sacrifício de sua própria mobilidade espacial [o que na era digital é potencializado]. Por isso, as transnacionais já não querem fronteiras econômicas rigidamente definidas, mas espaços mercantis com fronteiras permeáveis. O capital internacional pleiteia livre acesso às economias periféricas, pois assim pode decidir – em função de suas estratégias de valorização da riqueza em escala mundial – se seus mercados serão explorados mediante produtos importados ou mediante produção local [ou uma combinação de ambos]. O capital internacional espera, também, ampla liberdade de ação para aproveitar as potencialidades de cada região como reservas de matéria-prima e como plataforma de exportação de mercadorias que requerem mão-de-obra barata. Espera, ainda, a eliminação de qualquer tipo de reserva de mercado ao capital nacional [isto também se aplica ao audiovisual brasileiro], pois assim os grandes oligopólios internacionais têm acesso aos segmentos produtivos e de serviço capazes de oferecer boas oportunidades de negócios (p. 23).¹

Esse panorama narrado acima evidencia a ordem dos problemas que a classe cinematográfica enfrentou: a morosidade numa ação estatal mais perene, a regulamentação dos diversos segmentos que estavam surgindo, o atendimento à uma reserva de mercado para as obras brasileiras audiovisuais, dentre outros.

Muito se avançou desde que os agentes audiovisuais e a esfera pública construíram uma alternativa à extinção da Embrafilme e criaram a Agência Nacional de Cinema em 2001. No espaço desse artigo não será possível resumir os avanços implementados pela agência visto a complexidade de seus marcos regulatórios e de fomento tais como o Fundo Setorial do Audiovisual, a Lei do Acesso Condicionado, entre outros, que colocaram a política pública do audiovisual em patamares inéditos até, aproximadamente, o ano de 2017. Entretanto, para nossa pesquisa foi importante tentar entender por que, mesmo com esse corpo institucional aparentemente sólido, certos problemas como a regulamentação do vídeo sob demanda (*Vod*), não foram enfrentados como planejado, o que será visto a seguir.

3. Paralisia estatal: Furtado e Fernandes enquanto chaves de entendimento de problemas estruturais

A fim de tentar entender os problemas do audiovisual por outros ângulos, nossa pesquisa buscou obras críticas da realidade brasileira a fim de tentar encontrar respostas distintas para os

¹ Em recente artigo, o ex-Ministro da Cultura Juca Ferreira argumenta de forma semelhante, demonstrando o quanto as plataformas de streaming hoje se valem do que o Estado brasileiro construiu/investiu para o mercado audiovisual brasileiro nas duas últimas décadas. Ferreira explica objetivamente o quanto interessa a essas empresas, historicamente, o desmonte das regulamentações que vinham sendo construídas e que resguardam uma “reserva de mercado” para o audiovisual brasileiro. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2021/12/9/destruio-da-cultura-brasileira-destruio-do-pais-por-juca-ferreira-107287.html>

dilemas que insistem em se manter para o audiovisual brasileiro. No atual momento, o problema evidencia-se na ausência da regulação do principal segmento de mercado desse setor que é o *Vod*.

Nesse Por esse motivo, a pesquisa de Sampaio Jr. (1999) é relevante para a nossa pesquisa pois busca, por meio dos autores escolhidos (além de Furtado e Fernandes, o autor também considera Caio Prado Jr.) “compreender a natureza contraditória dos nexos entre evolução do capitalismo e formação do Estado nacional, uma problemática que se desdobra em pelos menos três dimensões” (Idem, p. 10), as quais nos interessa a “dimensão temporal, que diz respeito aos processos técnicos e culturais responsáveis pelas mudanças qualitativas que caracterizam o desenvolvimento capitalista” (Idem, pp. 10, 11). Segundo o autor, “a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado é essencial para explicar a irracionalidade do movimento de incorporação de progresso técnico baseado na modernização dos padrões de consumo das elites dominantes”.

Além desse autor, também nos voltamos para a análise da natureza do Estado brasileiro, sua formação/constituição em alguns autores externos a área audiovisual. No texto *Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política*, Mauro Iasi (2014) vai buscar entender a natureza da formação do Estado brasileiro defendendo um argumento que pode nos ajudar a entender algumas ações (ou ausências) do Estado na área audiovisual, não só no que concerne a não regulação do *Vod*, nosso foco principal, mas que também elucidam as ausências em outras áreas como, por exemplo, um “esquecimento” em relação ao patrimônio e memória audiovisual, à difusão das obras em espaços não-comerciais, ações que lidassem com as discrepâncias de gênero e raça nesse setor etc. Ou seja, o texto de Iasi auxilia o entendimento sobre o que é historicamente preterido e/ou valorizado pelo Estado quando aceita regular (ou não) o audiovisual.

No referido texto de Iasi, ocasião em que se refletia “sobre as marcas da ditadura que ainda estão presentes na sociedade brasileira”, o autor afirma que vai partir “do pressuposto de que não há “restos”, como se fossem aspectos não superados de uma forma que foi suplantada e deixou atrás de si elementos ainda esperando por ser enfrentados” (p. 241). Para explicar, ele traz uma síntese do pensamento de Florestan Fernandes sobre a caracterização do Estado “burguês” brasileiro:

[...] Os ciclos de autoritarismo e democracias restritas no Brasil têm sido estudados como se fossem espasmos de progresso ou recaídas, mas se analisarmos com cuidado veremos que expressam uma síntese sempre presente entre aspectos coercitivos e de formação de consenso, ciclos nos quais prevaleceu a ênfase coercitiva, pelo menos até a ditadura inaugurada em 1964. Entre 1889 e 1989, da Proclamação da República até a retomada das eleições diretas em 1989, temos uma macabra contabilidade de 20 anos de regimes marcados por uma “democracia” precária em cem anos de República e o restante submetido a formas abertamente autoritárias e ditatoriais.

Compreender esses aspectos como uma unidade e identidade de contrários nos leva a afirmar que a predominância de um sobre o outro não implica numa mera substituição – da coerção pelo consenso ou vice e versa – mas numa alteração de ênfase no interior de uma relação na qual a coerção prepara o consenso e este não prescinde da coerção. [...]

O estranhamento com os elementos repressivos e coercitivos no seio de um momento democrático, ao serem identificados como “restos” da ditadura, corre o risco de levar à compreensão de que seriam aspectos próprios de uma ordem e uma forma política autoritária que não tem lugar em um suposto Estado de Direito.

[...] Tal dificuldade se agrava por uma característica específica das formações sociais latinoamericanas e, em especial, da brasileira, aquilo que Fernandes (1975) denominou de contrarrevolução preventiva. (pp. 247, 248, 257, 261, 262).

Em adição à Iasi, Sampaio Jr. (1999) também defende a importância da escolha de Fernandes para a análise do Estado e do capitalismo brasileiro pois:

Interessado em compreender como o padrão de dominação condiciona o processo de acumulação, Florestan Fernandes procura compreender a “racionalidade substantiva” que sobredetermina o sentido, o ritmo e a intensidade das transformações capitalistas. Ao colocar em evidência as bases sociais e políticas do desenvolvimento, sua reflexão nos auxilia a entender não apenas o grau de autonomia relativa da esfera econômica dentro do corpo social mas também os limites que restringem a capacidade do Estado para definir os rumos, a intensidade e o ritmo das transformações capitalistas.

Inspirando-se em Weber, Durkheim e Marx, o esquema analítico de Florestan Fernandes procura explicitar a natureza dos nexos que vinculam o regime de classes ao desenvolvimento capitalista. A premissa subjacente é que tais nexos condicionam o sentido do desenvolvimento capitalista. “Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. [...]”. (pp. 69, 70)

Consideramos importante acrescentar ainda que Furtado e Fernandes fizeram essas análises em períodos próximos, na década de 1970, e ambos buscavam entender o duro e longo período ditatorial, as origens e permanência do “subdesenvolvimento” e a perseverança da dependência brasileira fosse qual fosse o regime político.

Segundo sua análise exposta no filme *Choque cultural* (1977), do diretor Zelito Viana, a forma como a inserção brasileira se deu no sistema capitalista, forjou nossa organização sociocultural:

Para se compreender o Brasil, o fenômeno cultural brasileiro é importante partir dessa constatação de que o Brasil é um caso quase único de um país em que a economia de alguma maneira formou a sociedade. Historicamente as sociedades iam se transformando e dando lugar às distintas formações econômicas, formações econômicas e sociais. No Brasil não. No Brasil realmente era um espaço, para raciocínio, pode-se imaginar que o Brasil era um espaço vazio inicialmente, porque as culturas que aqui existem não persistiram como sistema de cultura, foram mais ou menos desorganizadas, esfaceladas e então, foi implantado o sistema econômico, um sistema econômico sobre as fazendas, digamos assim, empresas agromercantis. E essa empresa passou a ser a verdadeira estrutura da sociedade.

[...] A partir da empresa agromercantil, dessa sua estrutura, se cria a partir daí, um sistema evidentemente econômico, um sistema social, um sistema político. Daí temos duas coisas, primeiramente uma distância enorme entre os que mandam e os que estão em baixo, e o povo; em segundo lugar, que é muito importante, um autoritarismo quase estrutural nesse sistema, em que o econômico tem que ser sempre baseado, toda organização econômica tem que ser de alguma forma autoritária, daqueles que os objetivos têm que ser especificamente definidos e os que tomam decisões tem que ter o poder necessário para alcançar os objetivos que se propõe. (VIANA: 1977, *fala de Furtado*)

Em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), o autor expõe a continuidade dessa expansão com a revolução industrial e a sedimentação do modo de produção capitalista. Nela, a “dominação tenderia a assumir formas cada vez mais sutis no campo econômico” atuando também no “sistema de cultura”. Para as ex-colônias, agora “economias dependentes”, “o comércio exterior [...] ampliava o fosso entre os níveis de acumulação” e, uma das vias de ação desse processo seria a “indireta”, através da replicação dos “padrões de consumo” dos países ricos (pp. 33, 37, 38). Nossa opinião é de que:

o entendimento sobre a esfera da cultura para Furtado não é mero detalhe, ao contrário, sua análise sobre o capitalismo, sobre o subdesenvolvimento e a dependência dos países periféricos, coloca a esfera cultural no centro uma vez que esta é a base de determinação do processo de acumulação e do consumo (LEVY; MALTA, 2022, p. 6).

Nas próprias palavras de Furtado (1978), a conexão entre consumo e acumulação, assim como suas consequências sobre a permanência das desigualdades, se deve ao fato de que:

O processo de acumulação é o eixo em torno do qual evolui não somente a economia capitalista, mas o conjunto das relações sociais em todas as sociedades em que se implantou a civilização industrial. A continuidade desse processo requer permanente transformação dos estilos de vida, no sentido da diversificação e sofisticação. Daí que haja surgido toda uma panóplia de técnicas sociais visando a condicionar a “massa de consumidores”, cujas “necessidades” são programadas em função dos respectivos níveis de renda, idades, disponibilidades de tempo “ocioso” etc. [...] Portanto, o processo de acumulação tem na discriminação entre consumidores uma de suas alavancas mestras. [...] O fluxo de inovações na esfera do consumo torna fictícia a ascensão social, mas a difusão de certas inovações permite que se diversifiquem os padrões de consumo da grande maioria da população. A interdependência entre o sistema de estímulos, que opera ao nível dos indivíduos, e o fluxo de inovações, que estimula a acumulação, faz que a civilização industrial tenda implacavelmente a manter a sociedade estratificada em função de padrões de consumo. (pp. 46, 47)

Como explicou Sampaio Jr. (1999), trata-se de “compreender a natureza contraditória dos nexos da evolução do capitalismo e a formação do Estado nacional” brasileiro, e sua “dimensão temporal, que diz respeito aos processos técnicos e culturais responsáveis pelas mudanças qualitativas que caracterizam o desenvolvimento capitalista” (pp. 10, 11, *grifos do autor*). Para o autor:

[...] a contribuição de Celso Furtado [...] privilegia um aspecto particular das discontinuidades históricas que caracterizam a civilização burguesa: as relações de causa e efeito entre expansão das forças produtivas e modernização dos padrões de consumo. [...] explicação ultrapassa necessariamente o quadro de análise econômica convencional [...] (*Ibidem*, pp. 72,73).

De forma resumida, podemos dizer que com o auxílio desses autores, podemos afirmar que o Estado atua para a acumulação de capital quando não apenas privatiza as ações e empresas, como no caso das leis de incentivo, mas quando induz o consumo, visto que é através dele que o processo de acumulação dará saltos e se expandirá para novos ciclos de acumulação.

Se em Fernandes (1976), a partir de Iasi (2014) e Sampaio Jr. (1999), entendemos que não é o regime que vai definir a natureza da ação estatal e que esta não precisa se “modernizar”, ao contrário, o sistema permite a “permanência” de seus traços “arcaicos” e o uso da “coerção”, transfigurando-se numa “autocracia” para atingir seus fins. Em Furtado também temos os encadeamentos analíticos que conectam o sistema capitalista à formação social (consequentemente, à formação do Estado brasileiro), e aos problemas estruturais do Brasil como o autoritarismo enquanto traço integrador e organizador do corpo social, atrelado a uma gritante e violenta desigualdade interna e uma dependência externa insuperável, onde mesmo com tantos movimentos de monta que o Estado brasileiro empreendeu ao longa da história, voltamos sempre ao ponto inicial do Brasil colônia, agora já “neocolônia”.

No que tange a área audiovisual, podemos entender que a ação estatal no Brasil tem como comprometimento primeiro o processo de acumulação capitalista, travestido em interesses das empresas e/ou grupos de poderes em sua maioria externos e que se chocam com os objetivos dos agentes locais independentes. Portanto, qualquer argumento que evoque neutralidade ou tecnicidade num ambiente de mercado desigual, nos parece, no mínimo, incompleta.

4. Considerações finais

Reflexões sobre cinema/audiovisual e sua relação com o Estado permanecem em aberto, mas para nossa pesquisa a lógica e a ação estatal arbitrária ficou mais inteligível em termos do que se pode esperar dessa esfera e da forma como nós, os profissionais independentes da área, devemos considerar ao dialogar com o poder estatal.

Concluída a pesquisa, podemos dizer a partir das análises dos autores citados acima, que a natureza do Estado brasileiro, forjada pelo sistema capitalista, é o fator determinante de sua subserviência aos interesses e pressões do capital privado internacional que a todo momento, como no mito de Sísifo, parece desorganizar os marcos e avanços do audiovisual brasileiro, expondo o setor a cada momento histórico à lógica puramente do mercado. Assim, se o diálogo com a esfera estatal tem sido uma “medida histórica de sobrevivência” (VILLELA apud AMANCIO, 2000, p. 17), hoje, não só continua sendo necessário como urgente.

Financiamento

A pesquisa de mestrado da qual resulta este artigo contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

Referências

- ALMEIDA, P. S.; BUTCHER, P. **Cinema - Desenvolvimento e mercado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2003. v. 1. 160p.
- AMANCIO, T. **Artes e manhas da Embrafilme: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro (1977-1981)**. Niterói: EdUFF, 2000.
- ANTUNES, R. **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AUTRAN, A. **O pensamento industrial cinematográfico brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BAHIA, L. **Discursos, políticas e ações: processos de industrialização do campo cinematográfico brasileiro**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.
- BERNARDET, J. C. *Cinema Brasileiro: proposta para uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- BIANCHINI, M. A Netflix no campo de produção de séries televisivas e a construção narrativa de Arrested Development. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- BIANCHINI, M. Mercado audiovisual global em tempos de streaming: produção e distribuição de séries ficcionais televisivas - Parte I e II. Salvador: Benditas, 2021. v. 4; v. 6.
- BUTCHER, P. Hollywood e o mercado cinematográfico brasileiro: Princípio(s) de uma hegemonia. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- CHOQUE cultural. Direção de Zelito Viana. Rio de Janeiro: Mapa Filmes do Brasil, 1977. Filme (26 min).
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERREIRA, J. A destruição da cultura brasileira é a destruição do país. **Revista Fórum**, São Paulo. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2021/12/9/destruio-da-cultura-brasileira-destruio-do-pais-por-juca-ferreira-107287.html>
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- IASI, M. L. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

IKEDA, M. **Utopia da autossustentabilidade**: impasses, desafios e conquistas da Ancine. Porto Alegre: Sulina, 2021.

LEVY, J.; MALTA, M. “Choque cultural” e impactos ambientais: atualidades da obra de Celso Furtado. **Revista Scientiarum Historia**, 2022, 1, e355. Disponível em: https://doi.org/10.51919/revista_sh.v1i0.355

LUCA, L. G. A. **A hora do cinema digital**: democratização e globalização do audiovisual. São Paulo: Imprensa Oficial, SP, 2009.

SAMPAIO JR., P.A. **Entre a Nação e a Barbárie**: os dilemas do Capitalismo Dependente. São Paulo: Ed. Vozes, 1999.

SIMIS, A. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.